

A MEMÓRIA ACTANCIAL: AS CONSEQUÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE FERIMENTO, TENSÃO E MORTE¹

Vittorio Talone

Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (IESP-UERJ)

INTRODUÇÃO²

– A perda de um filho é *algo que ecoa* em nossos corações como uma punhalada. Entramos em choque: meu marido, eu e minha [*outra*] filha, além de toda a família, inclusive os amigos. Sair desse estado e voltar à realidade foi uma proposta de convivência com o vazio profundo, que tivemos que encarar em nossas vidas. Sofremos muito.

– Pô, vem tudo na cabeça [*em uma troca de tiros*]. Minha família, minha filha, minha esposa, minha mãe, meu pai. (...) Você tenta controlar aquele medo porque tem que buscar uma saída (...) Passa tudo, passa tudo [*na cabeça*]. E é aquilo que eu falei, vai folgar 3 dias – nosso horário era 24 [*horas de serviço na polícia*] por 3 [*dias de folga*] – e volta pro serviço normal. Passa por aquilo tudo e fica, assim, [*chocado*].

– Eu fui baleado. Tomei 7 tiros. Tentativa de assalto. Acharam que eu era polícia. Eu era segurança de carro-forte. Os caras

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 As reflexões aqui apresentadas são fruto de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento.

acharam que eu era polícia e me balearam. Eu fiquei 8 anos sem fazer nada, só ficava no computador. Acordava 9 horas da manhã, [ligava o] computador. Saía meia-noite para dormir. Acordava de manhã, [ligava o] computador. (...) Aí, um dia, na internet, eu vi o pessoal de arremesso de dardos e peso, os caras competindo, né. Aí mandei mensagem para a página do grupo [*Renascer no Facebook*]. (...) A dificuldade é foda, cara.

Essas três falas dizem respeito, respectivamente, a: uma mãe cujo filho foi vítima fatal no trânsito carioca, sendo atendida pelo Núcleo de Apoio à Vítimas de Trânsito (Navi), do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran-RJ); um policial militar que hoje realiza trabalho administrativo – interno aos Batalhões da Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro (BPM-PMERJ) – devido às experiências de extrema tensão e perigo vivenciadas; e um civil ferido por arma de fogo que hoje é cadeirante e atleta de para-badminton treinado no projeto Renascer, Servir e Proteger, funcionando no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) da PMERJ – atendendo tanto a civis quanto a policiais.

Nesses três grupos, há pessoas com uma experiência em comum: todas vivenciaram situações de contato concreto com a morte³ – direta ou indiretamente – causadas por terceiros, seja no âmbito daquilo representado mais comumente como “violência urbana”, envolvendo signos como trocas de tiro, agressões e balas perdidas (Machado da Silva, 1993; Misse, 1999; Porto, 1999), ou da chamada “violência no trânsito”, englobando atropelamentos e colisões de meios de transporte nas vias urbanas. Por meio de um trabalho de campo nos grupos citados, a pesquisa que fundamenta este texto lida com as memórias destes atores, sobretudo em relação às *situações de ferimento, tensão e morte* vivenciadas, buscando entender como suas lembranças, afetos e emoções atuam multitemporalmente, ou seja, no viver presente-cotidiano e em planejamentos futuros. Não se busca aqui um pretérito a determinar o presente – uma situação a substancializar uma pessoa

3 Fala-se em “contato concreto”, pois a qualquer momento ao longo da vida, ainda que em atividades corriqueiras, podemos estar de alguma forma em contato com a morte, seja pela mera lembrança de sua existência ou reflexão sobre a mesma, causando efeitos como medo ou angústia, por exemplo.

–, e sim, como sugere Henri Bergson (1999), uma *memória ativa*, de um passado dando-se paralelamente, por lembranças a entrar no agora e no porvir, sendo *consequente atual*.

Michael Pollak (1989, 1992) – um dos fundadores do *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM), criado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) no começo dos anos 1980, juntamente com Luc Boltanski e Laurent Thévenot – afirma que, por ser uma construção, a memória envolve processos de escolha (não necessariamente consciente, reflexiva e/ou racional), sendo parcial e seletiva. Logo, os elementos selecionados/guardados em nossas mentes não reproduzem o passado exatamente, mas são relevantes para sustentar uma interpretação presente de situações vivenciadas: o lembrar é essencial para o que está acontecendo correntemente, é parte de cada ação – “a lembrança é sempre agora” (Casey, 1987[2000], p. XXII).

Nesse texto, proponho uma forma específica de memória, a *memória actancial*. Defino-a como o conjunto articulado de lembranças (incluindo histórias não vividas por si próprio, como aquelas ouvidas de outrem, pessoal ou institucional), experiências correntes sucedendo-se a cada momento, e afetos e emoções vivenciadas (junto aos elementos no mundo que as completam) de um passado desdobrando-se paralelamente ao esboço de planejamentos para uma ação futura e à sustentação da ação presente. É actancial pois comparece como elemento forte (isto é, com forte actância) na definição da situação em curso, como veremos.

A memória aqui não será pensada apenas como uma representação do passado (Ricoeur, 2007) ou como coletiva (Halbwachs, 1990[1950]), mas englobará emoções e afetos, suas alterações/variações e como se ligam à multitemporalidade das lembranças, incluindo a interpretação de situações vivenciadas no presente – ligando-se diretamente ao que uma pessoa entende ser possível de *efetivar* (Werneck, 2012). Assim, avançaremos na compreensão dos elementos cognitivos-afetivos a contribuir para as ações presentes dos atores e seus planejamentos, partindo das situações vivenciadas de ferimento, tensão e morte, e da constatação

dos efeitos (James, 1907) diversos gerados por elas. Este artigo delinea as bases para se definir a memória actancial.⁴

Passemos rapidamente pelos grupos estudados para apreendermos as experiências vividas e recuperadas pelas pessoas ao longo de suas vidas e que serão mobilizadas neste texto.

O Navi, núcleo formado e coordenado por psicólogos e funcionários do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Seguro DPVAT), visa oferecer apoio psicológico e jurídico para vítimas diretas e indiretas de acidentes de trânsito – seja motorista, ciclista, pedestre ou o parente mais próximo do acidentado. As vítimas indiretas são maioria, basicamente consistindo em mães que perderam filhos, companheiros e outros familiares. “As mães” – como as próprias se denominam – relatam lidar com a perda de uma parte de si mesmas no falecimento de um ente querido, tendo de “reaprender” a viver, reformulando como dão prosseguimento à rotina e *ressignificando* suas experiências. Resignificar – termo ensinado a elas pelos psicólogos em reuniões individuais e coletivas, por mais que o objetivo final desejado seja anteriormente almejado pelas assistidas – é alcançar uma mudança na forma como pensar (no sentido de “definir” pra si e para os outros) e se *sentir* em relação à experiência de morte, então podendo buscar auxiliar outras pessoas vivendo o luto e se engajando em ações de conscientização/educação no trânsito, ou visitando orfanatos, entre outras possibilidades.

O projeto Renascer visa atender policiais e civis que no decorrer de suas vidas sofreram algum incidente que tenha resultado em uma mudança da estrutura de seus corpos. Em sua maioria, são pessoas alvejadas por tiros em confrontos no exercício de uma profissão (PMs e seguranças) ou atingidas por balas perdidas na cidade (civis) – embora haja também casos de acidentes de trânsito, quedas de prédio, mutilações etc. Os participantes do grupo relatam a dificuldade em aceitar/entender o próprio corpo em suas mudanças imediatamente após o incidente, também

4 Sobretudo no que tange à multitemporalidade das experiências e à atuação das lembranças no agir presente dos atores, de forma que a discussão abarcando afeto/emoção/*mood* será apenas aludida neste espaço, sendo desenvolvida em outro texto.

(assim como as mães citadas acima) tendo de reformular como vivem suas vidas cotidianas, as atividades exercidas – muitos não conseguem mais realizar as atividades antes desempenhadas, tendo de buscar outras possibilidades de ocupação/profissão, pois a maioria possui baixa remuneração/aposentadoria para manter a si mesmos e as famílias. No caso desse projeto, essa reabilitação é baseada na transformação pelo esporte. O objetivo ali é, como diz uma das PMs criadoras do grupo, promover a *resiliência*: trata-se de mostrar à pessoa que ela ainda conta com um grande leque de possibilidades de ação na vida e força para buscá-las, levando-a a se engajar em diferentes atividades no grupo e, com isso, passar também a ajudar a outros.

Por fim, temos os PMs na ativa realizando trabalho interno em um BPM na Zona Norte da cidade.⁵ Em suas missões pela PMERJ, rondas rotineiras ou mesmo nas folgas, eles vivenciaram momentos de extrema tensão, experimentaram a possibilidade real da própria morte e/ou presenciaram o falecimento de algum colega de profissão. Com isso, optaram ou foram direcionados por médicos/psicólogos/superiores a realizar trabalhos administrativos. Embora continuem lidando com os perigos do andar fardado e/ou armado pela rua, significando risco na própria folga⁶ pela identificação como PMs, essas pessoas deixam de presenciar parte das “situações insólitas, descontínuas, contingentes e emergenciais” (Muniz, 1999, p. 266) com que costumavam se deparar durante o trabalho. Diferentemente dos grupos anteriores, esses PMs – embora muitos reconheçam enfrentar problemas emocionais e psicológicos – não contam com um espaço para conversar entre si e/ou com profissionais os guiando. Logo, a mudança no *engajamento com seu mundo* (Thévenot, 2006) acontece de forma distinta comparada à dos

5 Uma das áreas mais populosas da capital, com 87 bairros e 42% da população do município. A região tem bairros que apresentam altos índices de criminalidade em relação à cidade: a área em que se localiza o BPM estudado, por exemplo, liderou o ranking de tiroteios no início de 2018, registrando mais de 300 ocorrências desse tipo, de acordo com o aplicativo “Onde Tem Tiroteio” (OTT) – ferramenta digital que colhe, analisa e divulga ocorrências de tiroteios e arrastões em tempo real, operando por redes sociais e possuindo mais de 4 milhões de usuários. De acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP), um dos bairros da região também chegou a liderar os casos de roubo de veículos e arrastões.

6 Foram registradas 138 mortes de PMs em 2017 no Rio de Janeiro. Desses, 81 foram mortos durante folgas.

participantes dos grupos citados, pois pouco se reformula o ambiente/clima vivido – não se observa uma ressignificação da experiência de trauma/perda ou a formação de resiliência por novas atividades. Mesmo para aqueles que buscam sustento emocional em suas famílias e religiões, alguns relatam uma dimensão das experiências vividas entendida como “incomunicável” e que acaba sendo “deixada de lado”. Muitos PMs comunicam continuar atuando sob a forte tensão a que antes foram submetidos, inclusive, podendo ser mandados de volta às ruas a qualquer momento, caso seja considerado necessário por seu comando – ao mesmo tempo, o trabalho interno também passa a ser uma fonte de “sofrimento”, pois muitos relatam ficarem marcados como “malucos”, “preguiçosos” e/ou “covardes”, sobretudo por seus oficiais, por não estarem nas ruas com seus colegas.

Portanto, lidamos respectivamente com vítimas indiretas (experienciando a morte de familiares ou conhecidos), vítimas diretas que observaram uma ruptura e uma grande mudança em suas vidas, e vítimas diretas e indiretas ainda atuando em uma rotina traumática. Isso posto, exploremos agora como a multitemporalidade é possível, analisando o recobramento, a vivência corrente e a projeção de situações de perigo em que os pesquisados operando a memória encontram-se qualificados, gerando a eles distintos efeitos.

SERES, SITUAÇÃO, EFETIVAÇÃO

Edward S. Casey (2000[1987]) coloca que lembrar é tão polimórfico que nenhum conjunto único de estruturas intencionais ou características eidéticas poderiam capturar o fenômeno completamente. A relevância da memória está em nossas ações e práticas presentes (mesmo como rememoração contemplativa, com um fim em si mesma) e em nossos projetos futuros, de forma que ela – por outro lado – faz uma diferença substantiva na própria experiência recuperada: a lembrança transforma um tipo de experiência em outro; ao ser retomada, torna-se diferente. Como coloca Pollak (1989, 1992), os elementos selecionados/guardados em nossas mentes não reproduzem o passado exatamente, mas são relevantes para

sustentar uma interpretação corrente de situações pretéritas e presentes. O *lembrar* é essencial para o que está acontecendo correntemente, é parte de cada ação. Para conseguirmos realizar uma análise de algo tão complexo e multiforme como a operação da memória, proponho tomarmos apoio na sociologia pragmática.

Primeiramente, em vez de falarmos em indivíduos, optemos – seguindo a direção tomada por Boltanski e Thévenot (1991) – por utilizar *seres*. Ao pensarmos nesses termos, lidamos com uma multiplicidade de pessoas/humanos e não humanos tomando forma somente quando *qualificados* em estados segundo os quais intervêm em uma *situação*. As pessoas estudadas nesta pesquisa sempre se pensam, lembram, agem e projetam seus futuros em termos de situações: situações anteriores ao acidente/ evento de tensão/perda de um ente traduzindo o *estado de normalidade* passado (almoços e jantares em família; a prática de algum esporte com amigos, por exemplo); a situação de ferimento, tensão e morte (a principal a distinguir o objeto de estudo, sendo paradigmática na memória das pessoas aqui levadas em consideração); a situação imediata de luto; as situações de perda do “objetivo de vida” ou da “vontade de viver”; situações de procura por apoio; situações de recebimento de ajuda; situações de apresentação de si para buscar recursos ao grupo (integrantes do Navi e do Renascer procuram apresentar-se em reuniões, palestras e congressos em diversos lugares, contando suas histórias de forma a angariar para suas causas mais apoio, sobretudo financeiro); situações projetadas de perigo futuro à própria vida (PMs na ativa receosos de estarem na rua e serem mortos a qualquer momento); situação de um novo estado de normalidade (no qual já se veem capazes de ajudar outros passando por experiências recentes semelhantes e/ou ganhar medalhas em competições, estar mais uma vez ativos profissionalmente) etc.

Em cada uma dessas situações, já vivenciadas e recuperadas pelas lembranças, presentes ou projetadas, uma enorme quantidade de seres não humanos é envolvida: as pessoas aqui em questão tiveram/terão que os mobilizar, com eles estar em *coordenação* (Thévenot, 2002) no ambiente, a fim de efetivar ações. Exemplos: para PMs, suas armas e fardas têm de estar sempre bem escondidas em situações de deslocamentos

pela cidade, pois são suficientes para a identificação dos mesmos como policiais, o que pode custar-lhes a vida – algo que comunicam passar em suas mentes a todo momento; mães devem lidar cuidadosamente com os objetos remanescentes de seus filhos e filhas, podendo encarar um desapego forçado (situações de parentes coagindo-as a se desfazer de tais pertences no intuito de “esquecer logo”), viver a dificuldade de enfrentar/sair do luto (deixar o quarto da vítima idêntico e intacto por anos) ou a ressignificação (poder doar as roupas, por exemplo, assegurando-se de que mantêm uma lembrança saudável do ente querido); policiais e civis têm de lidar com seus corpos agora mediados por uma série de itens até então estranhos, como cadeiras de roda, sondas e próteses. São objetos a comporem as situações – mesmo que apenas pelas lembranças – e influenciando emoções, algo essencial para compreendermos o processo de efetivação de ações presentes e futuras.

O modelo das *economias da grandeza* (EG), de Boltanski e Thévenot (1991), busca compreender como as pessoas vivem em *acordo*, interessando-se majoritariamente pelo que chamam de regime de justiça ou do justo. Neste, pessoas e coisas apresentam-se quando *qualificadas em estados* pelos quais intervêm em um dado momento: é a relação entre vários (e distintos) estados-pessoa e entre esses e estados-coisa o que constitui uma situação. Nesse quadro, a operação cognitiva da qualificação consiste em uma das mais fundamentais das atividades sociais, e tanto precederia qualquer classificação quanto evidenciaria a resistência dos seres às categorizações operadas – os autores atentam justamente aos *momentos críticos* (Id., 1999) em que “algo dá errado”, exigindo a realização de *comprovações* e novas *aproximações* para se retornar à normalidade (acordo). A aproximação é, no modelo, uma operação realizada tanto por leigos quanto por cientistas e consiste em alocar objetos particulares em um mesmo conjunto sustentado por características comuns, definindo-os como um mesmo – alcançando uma designação comum, uma categoria. Tais considerações são relevantes aqui, pois no presente estudo lidamos com pessoas deparando-se frequentemente com qualificações (por vezes de si mesmos) cambiantes de seus estados passados, presentes e futuros: “mãe de vítima”; “traumatizados”;

“coitados/as”; “cadeirantes”; “deficientes”; “aleijados”; “guerreiros”; “brutos”; “ingratos”; “peso da sociedade” etc. Os atores lidam, adotam e/ou alteram tais qualificações de acordo com o que acham possível de ser efetivado a cada momento. Por exemplo, por vezes, são *enlutados*, logo, vivem em dor diária e constantemente, com uma lembrança pulsante da morte de um familiar, sem forças para retomar a vida; às vezes estão *estabilizados*, carregando a dor da experiência de perda/ferimento, mas conseguindo seguir a vida e, inclusive, “serem felizes”.

Esses diferentes estados são conformados, entre outros elementos, pela memória de cada um, pelas lembranças surgidas (espontânea ou ativamente no exercício de conversas entre grupos), por como elas fazem as pessoas se sentirem, o efeito corporal causado, entre outros elementos. As aproximações operadas constantemente têm base em bagagens de experiência sempre em vias de atualização no viver presente. Não lidamos, então, com pessoas em um estado fixo de luto ou permanente de sofrimento (i.e., traumatizadas). O ponto central de meu argumento é: seus estados/qualificações variam de acordo com a situação em que se localizam e, o que é mais relevante aqui, com os elementos de suas memórias a atuarem.⁷

Mas pensemos a situação não só em termos de qualificação/aproximação. Retomemos William e Dorothy Thomas (1928, p. 561): “A abordagem [*situacional*] estuda as reações de comportamento e formação de hábitos em uma grande variedade de situações comparativamente. [*O*] que pode ser aprendido sobre a natureza original será revelado em suas reações a essas várias situações”. Nesse sentido, a possibilidade de estudo se dá na visualização das *reações* de comportamento nas mais diversas situações, pois o comportamento imediato de alguém estaria intimamente relacionado com sua definição da situação – ao “como se”

7 Em sua pesquisa sobre a experiência de sobreviventes de campos de concentração na II Guerra Mundial e sobre como esta permanece na memória dessas pessoas ao longo do tempo, Pollak (1990) evidencia situações extremas em que princípios morais universais – como aqueles explorados por Boltanski e Thévenot (1991; 1999) ao pensarem o regime de justiça – não tomam forma, de maneira que arranjos circunstanciados são buscados para a manutenção da própria vida. Embora me apoie no modelo pragmático francês, aqui estamos lidando com experiências extremas de contato com a morte, exigindo deslocamentos em relação a algumas de suas bases. Explorarei isso mais a fundo no próximo tópico.

de sua compreensão situacional (algo finito e possível de ser mapeado). Com isso, os autores afirmam: “Se as pessoas definem situações como reais, elas são reais em suas consequências” (Id.; p. 572); a definição da situação é *preliminar a qualquer comportamento* (Thomas, 1923) – analiticamente, ela é paralela ao comportamento, ambos se influenciando. Ora, as definições de situação operadas pelas pessoas, influenciando o que pensam ser possível de concretizar em um dado momento, relacionam-se justamente com seu conjunto de experiências passadas e presentes (situações já vivenciadas e o que observam em suas vidas) com projeções futuras, juntamente com sensações corporais e emoções a serem despertadas situacionalmente.

Por exemplo, alguns PMs na ativa, ao fazerem rondas à noite por uma localidade em que colegas já tenham sido alvejados, não interpretam estar simplesmente cumprindo a função corrente/normal de uma profissão, mas relatam enfrentar “uma guerra” – “como se” aquela situação fosse uma situação de batalha. As histórias ouvidas e os relatos de perigo por amigos (pairando, então, sobre suas lembranças) fazem-lhes sentir em perigo imediato de risco de vida. Assim, podem assumir um “estado 100% alerta”, de tensão, e uma desconfiança em relação a todos os barulhos, movimentações e falas no local. As ações concretizadas pelos mesmos nos momentos de atuação podem estar ligadas aos efeitos constatados/comunicados de operações passadas e correntes, fazendo-os projetar futuros imediatos mais ou menos prováveis.

Por meio de uma abordagem pragmática e situacional podemos observar a *efetividade* (Werneck, 2012) das situações a partir da *constatação das consequências* dos atos das/pelas pessoas e pela observação das consequências produzidas por uma ação. A concepção do efeito torna-se a concepção do objeto: trata-se de constataremos as *consequências* práticas (Peirce, 1998, 2008) do que é efetuado/comunicado pelos atores estudados. A efetividade advém da premência da constatação que se algo ocorreu é porque podia ocorrer, o que pode ser percebido apenas por meio das consequências produzidas por essa ocorrência. Esses são os primeiros passos para chegarmos aos componentes atuantes da memória actancial e a como eles se ligam ao cenário vivido. Concomitantemente,

uma compreensão mais apurada da atuação da memória actancial pode justamente auxiliar na compreensão de como as pessoas entendem algo como passível de ser efetivado.

REMINISCÊNCIAS DE EXPERIÊNCIAS EXTREMAS

Nicolas Dodier (1993) destaca como estudiosos que trabalham atentando a sequências curtas de ação são frequentemente acusados de “esquecer a história”. Mas, como o autor argumenta, o sociólogo atento – no caso de seu argumento, mobilizando o modelo pragmático – não ignora a existência de longas sequências históricas e sua compreensão, e, sim, adota uma abordagem contrastante das mesmas, visando apreender a importância relativa de diferentes períodos de tempo. Nas próprias disputas de justiça, como delineadas no modelo de Boltanski e Thévenot, as pessoas realizam um movimento reflexivo “para dentro”, isto é, reconstroem experiências, contam histórias, narram vivências em suas justificativas. Elas olham e fazem referência ao passado, buscando encontrar situações/momentos/eventos permitindo a elas a construção de julgamentos sobre o presente – tais eventos passados, para alguns dos atores, podem conter as origens ou as causas da disputa vigente. Estudasse, assim, as ocasiões, as formas formais⁸ e os dispositivos (materiais ou não) que os próprios atores mobilizam para se referir ao passado, interpretando-o e o reinterpretando (Barthes *et al.*, 2016). A partir do exercer da *capacidade crítica*, as histórias podem se estender ao longo do tempo – o tempo histórico tem seu lugar. Portanto, ainda segundo Dodier (1993, p. 569) os sociólogos

“delegam” a tarefa de reorganizar eventos em prazos mais longos aos outros. A linguagem do “indivíduo” encontra uma justificativa poderosa aqui para atos “individuais” em sequências de ação e assim configuram sua própria identidade e lidam com a dialética entre a fragmentação dos momentos e a

8 Segundo Werneck (2012, p. 40): “[É] uma forma formal (...) uma consolidação como prática de uma situação cujos elementos são reprodutíveis em diversas situações práticas: se foi inventado algo para dar conta dessa situação, é porque ela é recorrente”.

potencial unidade de seu ser. Assim, o objetivo é observar os processos pelos quais os indivíduos relacionam os testes do presente a diferentes períodos de tempo. Essa divisão entre diferentes vozes é uma primeira resposta à afirmação de que a história foi esquecida.

Pensar história, passado e memória – mesmo que em suas particularidades – pelo pragmatismo francês nos leva, sobretudo, diretamente ao trabalho de Pollak. Não apenas o autor dedicou-se ao tema da memória como pesquisou (e publicou obras) a respeito de *experiências extremas*, a saber, a experiência de sobreviventes de campos de concentração da II Guerra Mundial – tendo estudado, por exemplo, mulheres sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau. Obviamente, não se busca aqui comparar e/ou nivelar a gravidade das fenomenologias presentes em ambas as pesquisas, mas de reconhecer que as duas localizam-se em um âmbito de incertezas/mudanças/violências intensas mais do que em um de estabilidade e momentos críticos – no sentido de Boltanski e Thévenot (1999), em que uma crítica tem lugar.

Pollak (1990) evidenciou um trabalho da memória, e sua gestão pelos indivíduos – estímulo de lembranças desorganizadas, montagem de narrativas, manutenção do silêncio, entre outras possibilidades –, cujo efeito é superar a profunda ruptura vivenciada, almejando-se a reconstrução da identidade, sendo ainda uma tentativa de encadear a continuidade entre o antes, o durante e o depois, mesmo na vivência de quebra completa em relação à “vida como anteriormente”. Experiências extremas seriam reveladoras da identidade e do trabalho para sua manutenção, mudança, estabilização, perda, entre outras possibilidades, ao longo do tempo. O estímulo à recuperação de lembranças no presente forneceria chaves dos recursos mobilizados para a manutenção de uma ideia de um “eu” coerente (Id., Ibid.).

Tem lugar uma gestão da memória, pelos que sofreram os efeitos de uma grande ruptura em suas vidas, segundo as possibilidades de comunicação em momentos vividos específicos – a escolha das amizades, o envolvimento com um grupo, a busca por apoio, a autoexposição e o

grau de intimidade atribuído a terceiros fazem parte de tal gestão, uma administração quanto à expressão/mobilização das lembranças (recuperadas ou repentinas). Modifica-se o que é dito em função da “variação de contextos” (Pollak, 2010, p. 43), da interpretação das mais diversas situações: em uma aula de reeducação, promovida pelo Detran, para motoristas que envolveram-se em acidentes de trânsito, algumas mães do Navi falam aberta e detalhadamente sobre as lembranças de morte de seus filhos, sendo o objetivo justamente demonstrar a dor gerada e a gravidade destes acontecimentos às pessoas que causam/causaram acidentes nas vias urbanas – recuperação de experiências que pode ser tida como insuportavelmente dolorosa, inviável, em outras situações para estas mesmas mães. É uma tensão constitutiva da própria pessoa e de sua maneira de ser nas situações em que se localiza, pois lembra repentinamente, lembra de forma técnica para exposição, pensa e reflete sobre as situações de morte ou proximidade com a morte, sobre o que fez e nas alternativas possíveis – o que poderia ter feito.

A partir das distintas situações de ferimento, tensão e morte, as pessoas passam por situações de sofrimento/dor extrema (suportar a morte de um ente querido, perder o movimento das pernas, ter pesadelos recorrentes com a mutilação de um colega, por exemplo), de dúvida sobre as próprias potencialidades (de continuar policiando nas ruas após quase ser morto, de se deslocar pelas ruas tendo perdido um membro do corpo), de procura de ajuda (grupos de apoio ou psicólogos particulares), de planejamentos futuros (treinar para se tornar medalhista paraolímpico; fortalecer-se mentalmente para ajudar mães que perderam os filhos recentemente; estudar e buscar ocupar algum cargo mais alto na hierarquia da PMERJ e se afastar dos trabalhos nas ruas). Tudo isso é conformado por experiências passadas/presentes contribuindo para a interpretação corrente de novas vivências. Isso exige *competência*⁹ das

9 Refiro-me ao termo, primeiramente, como algo de que os atores devem ser dotados para serem capazes de justificar seus julgamentos em resposta a críticas ou para administrar as situações de modo a evitar essas críticas (Boltanski e Thévenot, 1999). Liga-se a uma capacidade (a capacidade crítica), uma informação antropológica acessada por um tipo mecânico de competência: “[Boltanski e Thévenot] entendem competência como uma faculdade apresentada pelos atores para a desenvoltura em uma determinada lógica de ação; ou (...) ‘uma capacidade de reconhecer a natureza de uma situação e de pôr em ação o princípio (...) que a ela corresponde’” (Werneck,

peças para gerirem suas próprias histórias, seus momentos de dor, de dificuldades diárias e de superação, e para efetivarem ações e tornarem futuros desejados possíveis, tendo de ser compreensível (fazendo sentido) àqueles próximos. Os componentes de uma memória actancial desses atores, por mais pessoais que as lembranças e afetos/emoções sejam e se componham, devem ser comunicados e feitos compreensíveis aos outros – o que, se falho, pode ser origem de mais dor, como relatam os PMs na ativa, dizendo-se incompreendidos ou injustiçados pela sociedade e pela própria corporação.

Cyril Lemieux (2008) destaca que o trabalho de Pollak contém uma perspectiva a respeito de um objeto que, justamente em virtude de seu caráter “extremo”, o forçou a ir aos limites da sociologia da reprodução e da legitimidade cultural, reconhecendo a incerteza como a “verdade profunda” da vida humana e a reversibilidade como a verdade da ordem social. O pluralismo e a indeterminação são postulados de sua obra: as experiências extremas, como destaca ainda Pollak em sua pesquisa, levam os atores a buscarem formas elementares de ajuste. A experiência concentracionária, por exemplo, corresponderia a um caso antropológico limite, em que a mudança afetando as pessoas foi de uma brutalidade e de uma radicalidade descomunal, exigindo delas, de forma urgente e insólita, um trabalho para impedir o completo aniquilamento de seus “eus” [*mois*] sob a pressão de tensões internas contraditórias.

Seria uma *provação* (uma *épreuve*) – a maior e mais urgente vivida por um ator: um momento na vida coletiva em que os seres/pessoas, seus respectivos estatutos e qualificações, suas relações mútuas e a própria ordem social resultam profundamente transformados; é a possibilidade de uma mudança de estado, sendo um momento de incerteza sobre determinado estado de coisas, levando a uma nova determinação deste (Chateauraynaud, 1991). Logo, não têm relação com as *épreuves* ligadas a princípios de justiça universalizáveis, como as exploradas por Boltanski

2014, p. 26). Werneck a propõe como traço demonstrado nas próprias ações localizadas, apontando para sua alocação em determinada gramática actancial moral, “com desenvoltura em regras que verificam critérios de efetividade da ação. Em outras palavras, é o critério nela procurado quando se verifica se ela pode ou não ser admitida” (Id., Ibid., p. 707).

e Thévenot (1991), mas teriam primazia sobre estas, seriam *épreuves* quanto à própria humanidade¹⁰. Lemieux (2008, p. 15-16) escreve:

Em resumo, [*o exercício de*] explicação nada mais é do que uma certa relação que o pesquisador identifica – mas também, com frequência, como dissemos, os próprios indivíduos – entre uma ação presente e situações vividas anteriormente. Essa operação leva a admitir uma continuidade mínima das pessoas ao longo do tempo, continuidade que podemos chamar de educação ou socialização delas, se quisermos bem entender pelo fato de que seus “modos de controle da realidade, de percepção e memorização do mundo social” são “moldadas por suas experiências anteriores” (p. 233), ou mesmo a memória delas, se aceitamos dar a esse termo o sentido de memória corporal das *épreuves* vividas, memória cujo corpo não pode realmente se livrar, embora possa, na ocasião de novas experiências, minimizá-la e controlá-la. (...) [*Este*] passado do ator não determina seu presente: no máximo, torna-o previsível. É o presente, isto é, a ação em situação, que, muito mais, determina o passado ou, mais exatamente, nos determina ao passado, convidando-nos a buscar nas experiências anteriores do ator, aquelas que podem explicar sua atitude atual.

Vejamos, por exemplo, uma das mães do Navi: Cláudia teve dois filhos nos anos 1980, segundo ela, concedidos por Deus, uma princesa (a primogênita) e um príncipe (o filho caçula). Este veio a falecer em um acidente de moto no início de 2014, tendo ela chegado ao Navi apenas no final de 2016, por indicação de uma amiga que conhecia o grupo. Logo em suas primeiras visitas ao núcleo, ela chamou atenção por ter abdicado de almoçar e jantar desde a morte de seu filho. Estava havia três anos apenas comendo pão, biscoitos e bebendo água, afirmando ter perdido seu apetite completamente. A decisão de parar de comer, em primeiro lugar, foi interpretada por familiares, médicos e psicólogos

10 Freire já vem trabalhando sobre um questionamento a respeito do princípio de humanidade comum, axioma do modelo de Boltanski e Thévenot (1991), no Rio de Janeiro, em que certos atores não são reconhecidos como “humanos” a outros, sobretudo em situações nas quais a “violência urbana” é direta ou indiretamente problematizada (Freire, 2010; Freire & Teixeira, 2016).

como uma perda do apetite ligada ao psicológico, impedindo-a de ter a sensação de fome, mas ela também afirmou ter realizado um teste para ver se merecia morrer.

Cláudia diz pensar a todo momento em seu filho e na fatalidade que tirou sua vida. A experiência e a lembrança da morte são, segundo ela, tão dolorosas que ela diz ter morrido “um pouco de si mesma”, isto é, uma parte dela (de seu corpo) teria falecido juntamente – um elemento comum na experiência de luto dessas mães. Esta parte seria justamente seu apetite. Outro efeito foi ter parado de sair às ruas, tendo receio de se deslocar, sobretudo sozinha, pela cidade – o que foi trabalhado e superado apenas em suas idas ao Navi e ao longo do tempo, pela conversa com os psicólogos e, sobretudo, ainda segundo ela, com as outras mães. Ainda assim, nos dias em que Cláudia diz estar “sofrida” – por exemplo, pela lembrança repentina da situação de morte do filho (lembranças essas compostas por seres humanos e não humanos, como o ente querido, sua moto destrocada, a rua em que ocorreu) –, ela sente dificuldades em sair de casa e dar continuidade às atividades que retomou. A lembrança do acontecimento, a dor sentida, é gerida por Cláudia ao longo de suas atividades cotidianas, alterando sua *potência de agir* (Deleuze, 1978) no dia a dia, suas escolhas nas diferentes situações vivenciadas.

Alocar a ação (esta tomando forma pelos elementos da memória a serem gerenciados distintamente a cada situação) em determinada *gramática actancial moral*¹¹ é essencial – tanto para as mães do Navi quanto para os atletas do Renascer e os coordenadores/psicólogos de ambos – a fim de tornar a dor das perdas/mortes/ferimentos comunicáveis e compreensíveis. Isso, inclusive, é, no caso dos grupos aqui estudados, um elemento informado como essencial para “seguir a vida”: se fazer entender, compartilhar experiências (narrando as próprias e escutando

11 Gramática – defino-a aqui de forma extremamente resumida, pois um tratamento rico do termo tomaria grande espaço, fugindo ao escopo do texto – é, do ponto de vista pragmático, um quadro generativo das indicações e orientações para a agência, podendo dizer tanto respeito à dimensão criativa da expressão de linguagem quanto da expressão do agir. Trata-se de algo plural que configura repertórios de ação, interpretação e interação, o que, dessa forma, liga-se à prática. Para um melhor entendimento do conceito – sobretudo ligado a um tratamento pragmático –, ver Werneck (2014) e Werneck e Talone (2019,).

similares de terceiros) – respeitando o tempo de luto de cada um –, chamar a atenção de outros para sua causa, entre demais elementos envolvendo a gestão dessas lembranças em diferentes e variáveis contextos. É, portanto, algo fundamental para retomar uma *vida ativa*.

Isso é menos comum aos PMs do BPM estudado, pois eles não contam com grupo/projeto de apoio, pessoas a partilharem ou com quem possam elaborar suas experiências (suas conversas com os colegas de Batalhão se dão sob o receio de serem “ouvidas”, o que poderia levar a punições pelos superiores)¹² – em 2017, havia na corporação menos de 100 psicólogos para um efetivo de mais de 45 mil PMs. A mudança de função dentro da PMERJ, as poucas conversas com amigos e familiares podem auxiliá-los no prosseguimento das atividades cotidianas, mas eles permanecem ou recaem mais facilmente em um estado de tensão/irritação/trauma.¹³ Alfred Schütz (1960) coloca que uma ação se caracteriza por um *projeto*, um caminho a ser seguido pela ação em prática, ligando-se ao mundo em que se atua no momento e aos “estoques de experiência”. Sem a mobilização de tais estoques, permanecendo na vida cotidiana como ela está dada, pode-se tornar inviável a produção de uma mudança em relação à própria vida.

A ACTANCIALIDADE DA MEMÓRIA

Tendo trabalhado esses pontos, proponho tomarmos a *lembrança* como um *dispositivo* da memória actancial.¹⁴ Dispositivo no sentido daquilo visando dar uma base às pessoas para que possam sustentar suas

12 Logo, trata-se de um silêncio distinto daquele destacado por Pollak (1990) e aqui mencionado, pois não se trata de uma gestão da memória segundo possibilidades de sua comunicação, de uma condição para a manutenção de uma comunicação com o meio ambiente, mas de um desinteresse/rebaixamento da gravidade de tais vivências como um “nada demais” ou um “faz parte”.

13 O número de Licenças para Tratamento de Saúde (LTS) na PMERJ em 2017 foi de 15.978 – seja em função de problemas físicos ou psicológicos. Desses, foram 8.277 afastamentos por transtornos mentais e comportamentais. Tais dados podem ser consultados na seguinte reportagem (acessada pela última vez em 11/01/2019): https://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/pm-fecha-2017-com-16-mil-licencas-medicas-transtornos-psicologicos-aumentaram-61-22475296.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar.

14 Seja o “lembrar” uma atividade de reflexão/busca, ou uma ocorrência repentina em alguma situação presente.

ações, “representando um instrumento para o melhor empreendimento possível da autonomia dos atores” (Peeters e Charlier, 1999, p. 18). É, como propõe Werneck (2014, p. 28), “uma coisa da qual se pode lançar mão, algo que pode ser mobilizado para lidar com os desafios gramaticais”. Lembranças, assim, são conjuntos não uniformes de seres, pessoas, coisas, emoções, situações, humores, experiências, acontecimentos, entre outros elementos – materiais ou não. São, então, actantes, como veremos em seguida – que sempre variam em razão dos próprios participantes disporem de *equipamentos mentais e físicos* também variáveis de uma situação para outra (Freire, 2014). Dessa forma, podemos dar conta com um mesmo instrumento da imensa variedade de elementos presentes na experiência das pessoas ao narrarem suas vidas: PMs, mães de vítimas e atletas cadeirantes referem-se, ao falar das situações de morte enfrentadas (direta ou indiretamente) e refletir sobre seus efeitos, a variados membros da família, ao contexto em que se deu o acontecimento, ao lugar onde tomou forma, ao que estavam fazendo no momento, ao tratamento recebido pelos colegas de trabalho ou familiares, dentre tantas outras possibilidades. Tais actantes e as lembranças que caracterizam são mobilizados dispositivamente pelos atores para sustentarem suas ações.

Um *actante* – ideia derivada da semiologia de Algirdas Julius Greimas em seu estudo dedicado a analisar narrativas – é aquele ou aquilo que pratica ou sofre um ato, *seres ou coisas a participar de um processo* (Greimas e Courtés, 1979), fazendo *diferença na narrativa*. Trata-se de um ente (podendo ser uma pessoa, grupo(s), coisa(s), entre outros elementos) dotado da capacidade de influenciar as ações de outros. Bruno Latour (1987) utiliza-se do conceito em seu próprio modelo, inclusive na teoria-atores-rede (Ibid., 2012), construindo logicamente a *simetrização*¹⁵: “inclusão de todos os entes contidos em uma situação em um mesmo plano analítico, não os diferenciando em termos de agência, ou melhor, de *actância* (o que permitiu analisar os seres humanos e os não humanos em um mesmo quadro)” (Werneck, 2014, p. 29). Assim,

15 Que o autor mobiliza com cuidado: “AANT [*Teoria ator-rede*] não é – repito: não é – a criação de uma absurda ‘simetria entre humanos e não humanos’. Obter simetria, para nós, significa *não* impor *a priori* uma *assimetria* espúria entre ação humana intencional e mundo material de relações causais” (2012, p. 114).

a actância diz respeito à potencialidade de um ser não simplesmente em termos de decisão (e, nesse sentido, de agência), mas de *influência no quadro situacional*. É algo a demonstrar efetividade (Id., 2012), sendo diversos os “papéis actanciais” passíveis de serem assumidos por um actante (Greimas e Courtés, 1979, p. 11). Dessa forma, torna-se possível analisar, em um mesmo quadro analítico, a potencialidade de influência de um ente em determinado contexto, independentemente de suas variações de “tamanho” (Callon e Latour, 1981) ou “grandeza” (Boltanski e Thévenot, 1999).

Segundo Pollak (1992), por exemplo, as memórias, individuais ou coletivas, incluiriam ao menos três elementos: acontecimentos, personagens e lugares. Os acontecimentos são eventos que uma pessoa vivenciou – diretamente ou não, pois também podem ser vividos a partir do pertencimento do indivíduo a um determinado grupo (por exemplo, um PM ter medo de trabalhar em certa localidade, sem nunca ter entrado nela, pelas histórias contadas por colegas da corporação). Os personagens das lembranças são aqueles que fazem parte do círculo direto de convívio de um determinado ser ou pessoas tidas como conhecidas devido a sua relevância como figuras públicas (um parente falecido seria um personagem constante na lembrança de seus familiares). E os lugares são a base para o desenvolvimento das memórias de um sujeito, podendo ter sido realmente frequentados durante certo tempo ou ter sido incorporados de modo indireto às suas experiências (as pessoas conectam suas experiências aos espaços frequentados, como PMs desconfiados de certas áreas da cidade do Rio de Janeiro pelos perigos lá já enfrentados). Esses elementos podem ser lidos como diferentes actantes, constituindo as lembranças – ou seja, diferentes componentes relevantes a uma narrativa podendo ser incluídos em um mesmo quadro de análise e mobilizados (diferentemente) por cada ator, constituindo diversamente suas memórias.

Quando falamos em memória actancial, falamos de vivências passadas como algo pairando sobre a mente, de bagagens de experiências compostas por variados actantes. Por exemplo, momentos de felicidade no início da carreira, um destrato rude recebido na PMERJ por banalidades, pesadelos envolvendo a própria morte; retomando Claudia, seus

momentos de descontração com filho, o ente querido vivo nas festividades diversas (Natal, Páscoa), uma emoção específica em relação a algum momento da infância dele, a dor sentida na situação em que foi informada da morte, pessoas da família ligando para ela e a correria ao hospital, a marca de sangue na rua, os aniversários de morte, pesadelos recorrentes envolvendo o falecimento do filho etc. Isso caracteriza uma lembrança a ser mobilizada em um momento presente ou planejamento futuro. Com tais elementos fluando multitemporalmente, a memória atua naquilo que entendemos ser passível de ser efetivado, sendo *actancial* no sentido de ser ativa na interpretação e geração de consequências presentes e futuras – isto é, nas definições de situação pelos atores. Se a memória tem sido concebida em diferentes estudos como atuante no presente – seja o determinando ou o compondo de formas múltiplas por comemorações, rituais etc. (Connerton, 1999; Santos, 2013) –, os mecanismos de operação e elementos capazes de compor esta proposição específica de memória actancial devem ser objeto central de escrutínio, sendo explorados por meio da *competência* dos atores em dar prosseguimento a suas vidas.

A memória actancial – sociologizando a “memória-ativa” de Bergson (Lapoujade, 2012, p. 21), não sendo apenas uma reserva de sentido, mas uma energia corrente –, trata conjuntamente os tempos: retoma um passado paradigmático, pelos dispositivos da lembrança, compondo o agir presente e projetando futuros possíveis. Falamos de uma dimensão de temporalidade múltipla pois a relação entre os tempos não é comunicada por um único caminho e forma (Santos, 2013). Trata-se, assim, de uma memória actante no presente partindo de um (ou mais) momento(s), situação ou rotina paradigmática passada (envolvendo o risco de morte ou falecimento de terceiros), incluindo projeções sobre futuros possíveis; não implicando apenas questões temporais isoladas, mas uma composição com afeto, emoções e energias que as fazem fluir. É uma memória relacionando-se com a prática presente e o porvir.¹⁶

¹⁶ Ainda é necessário, o que será feito em um outro momento, pensar tal memória, como sinalizado desde o início do texto, juntamente a partir de um plano dos afetos. Ou seja, podemos contemplar uma dimensão da memória como pensamento “não representativo” – nos termos de Deleuze (1978), retomando Baruch Espinoza –, atentando sobretudo aos afetos-emoções e como estes ligam-se ao organismo do ator considerado, influenciando situações quanto à concretização de suas ações – a

A memória actancial não define/estrutura um caminho específico a ser seguido por uma pessoa, não se torna uma disposição: diferentes futuros podem ser planejados a partir das lembranças-emoções ligadas a ela. John Dewey (2010) afirma que, por vezes, necessitamos de uma nova coordenação da experiência de forma a se produzir um ajuste entre os sentimentos e a situação presente, e isso envolve um processo reflexivo de rememorar e avaliar o que se vivenciou. Atentando a pessoas cujas histórias envolvem a violação física de si ou um ente próximo, o objetivo geral do estudo do qual este texto apresenta algumas primeiras conclusões preliminares não é apenas buscar compreender uma “gravidade” de tais elementos em suas vidas, mas procurar abarcar as possibilidades de ação criadas a partir disso. Ou seja, pensemos como ações tornam-se factíveis em uma “distopia realizada” (Talone, 2015; Werneck e Talone, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscou-se esboçar as bases para se falar de uma forma desnaturalizada e operacionalizável a respeito da memória – elemento tão complexo quanto muitas das análises produzidas a seu respeito nas mais diversas áreas e ao longo do tempo (Bergson, 1999; Ricœur, 2007, por exemplo). Por outro lado, cérebro, imaginação, memória, mente são apenas alguns poucos elementos que muitas vezes aparecem imiscuídos e/ou dados nos mais diversos estudos sociológicos, embora normalmente se reconheça a relevância de discussão a respeito deles. A memória

possível efetividade das mesmas –, como potência. Elementos como estresse, medo, tristeza, terror, esperança, desânimo, depressão, por exemplo, e todos os fatores que os circundam/dão forma influenciam a atuação policial, o deslocamento de cadeirantes pela cidade e a vivência diária das vítimas indiretas, sendo essencial serem considerados na situação de suas ações. Randall Collins (1981, 2004) coloca que emoções situacionais, mesmo de curto prazo, em uma dada interação, transportam-se pelas mais diversas situações na forma de energia emocional, influenciando interações futuras. Logo, um tipo de emoção negativa vivenciada em interações passadas pode gerar efeitos no atuar presente e no planejamento futuro enquanto um dispositivo da memória – o que pode ser trabalhado e modificado pelas pessoas. Como alguns pesquisadores colocam, pode-se buscar dar uma “cor diferente” a acontecimentos passados, conferir a eles outro sentido. Assim, a ideia de *mood* também tem seu lugar na discussão, como aquilo “que parece dar uma cor, mas uma cor uniforme, [como o] vislumbre uniforme de alegria, ou uma cor escura uniforme de tristeza”, como destaca Lee (1998, p. 115) a respeito dos escritos de Edmund Husserl. O *mood* – que Corrêa e Talone (2019) têm preferido chamar de “tonalidades afetivas” – tem a função de “iluminar o mundo” de diferentes formas, gerando efeitos diversos.

actancial, como aqui proposta, daqueles que passaram por situações de ferimento, tensão e/ou morte é uma forma de evidenciar como reminiscências de experiências extremas flutuam multitemporalmente sobre a vida dessas pessoas, exigindo delas uma gestão dos componentes de seus dispositivos mnemônicos para tornar a vida, sua continuidade, possível.

Estamos mesmo diante de provações (*épreuves*) quanto à própria humanidade, como Lemieux (2008) destaca a respeito do trabalho de Pollak, em que as pessoas têm de realizar um esforço para dar continuidade a seus próprios “eus”, a uma ideia delas mesmas como um todo minimamente coerente que, embora enfrente percalços mais ou menos graves, perdura no tempo de suas vidas. Com isso, enfrenta-se no dia a dia diferentes situações, qualificações e possibilidades de efetivar ou não determinadas ações, estando tal efetividade ligada justamente a como as experiências extremas são lembradas, elaboradas, narradas, mobilizadas, sentidas etc. Lidamos aqui com uma fenomenologia para a qual sociologia pragmática, sobretudo levando em consideração o trabalho de Pollak, oferece um instrumental substantivo: a memória actancial permite acompanhar as operações de um ator que teve contato com a morte para manter-se ao longo da vida, seja buscando estabilizar sua história ou a modificando, ressignificando-a, silenciando-a, narrando-a, entre tantas outras possibilidades de que podemos dar conta atentando à operação das lembranças.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Y., *et. al.* Sociologia pragmática: guia do usuário. Tradução Patrícia Reuillard. In: *Sociologias*, n. 41, p. 84-129, 2016.
- BERGSON, H. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.* São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOLTANSKI, L. [e] THÉVENOT, L. *De la justification: Les économies de la grandeur.* Paris: Gallimard, 1991.
- BOLTANSKI, L. The Sociology of Critical Capacity. In: *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, p. 359–377, 1999.

- CALLON, M. [e] LATOUR, B. Unscrewing the Big Leviathan: How Do Actors Macrostructure Reality. In: KNORR-CETINA, K. [e] CICOUREL, A. (orgs), *Advances in Social Theory and Methodology: Toward an Integration of Micro and Macro Sociologies*. Londres: Routledge, p. 277-303, 1981.
- CASEY, E. S. *Remembering: A Phenomenological Study*. Indiana: Indiana University Press, (2000[1987]).
- CHATEAURAYNAUD, F. *La faute professionnelle: Une sociologie des conflits de responsabilité*. Paris: Métailie, 1991.
- COLLINS, R. On the micro-foundations of macro-sociology. In: *American Journal of Sociology*, n. 86, p. 984-1014, 1981.
- COLLINS, R. *Interaction Ritual Chains*. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2004.
- CONNERTON, P. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- CORREA, D. [e] TALONE, V. *A intensidade do ponto de vista do organismo: uma sociologia das tonalidades afetivas*. Texto de trabalho. Sociofilo-UFRJ. Mimeo, 2019.
- DELEUZE, G. *O afeto e a ideia* In: Curso 24 de Janeiro de 1978. Disponível em: http://www.cip-idf.org/article.php3?id_article=5631, 1978.
- DEWEY, J. *Arte como experiência: últimos escritos, 1925-1953*. Tradução por Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DODIER, N. Review Article: Action as a combination of 'common worlds'. In: *The Sociological Review*, vol. 41, n. 3, p. 556-571, 1993.
- FREIRE, J. Agir no regime de desumanização: Esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. In: *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 3, n. 4, p. 119-142, 2010.
- FREIRE, J. Sociologia da moral, ação coletiva e espaço público. In: WERNECK, A. [e] CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. (orgs). *Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 71-91, 2014.
- FREIRE, J. [e] TEIXEIRA, C. P. Humanidade disputada: Sobre as (des)qualificações dos seres no contexto de 'violência urbana' do Rio de Janeiro. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, vol. 6, n. 1, p. 58-85, 2016.
- GREIMAS, A. J. [e] COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.
- JAMES, W. *Pragmatism: A New Name for Some Old Ways of Thinking*. Cambridge (EUA): Harvard University, 1907.

- LAPOUJADE, David. *Potências do tempo*. São Paulo: n-1 Edições, 2012.
- LATOUR, B. *Science in action. How to follow scientists and engineers through society*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1987.
- LATOUR, B. *Reagregando o social. Uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba & Bauru: Edusc, 2012.
- LEE, N-I. Edmund Husserl's Phenomenology of Mood. In: DEPRAZ, N.; & ZAHAVI, D. (eds.), *Alterity and facticity. New Perspectives on Husserl*. Berlin: Springer Science & Business Media, B.V. p. 103-120, 1998.
- LEMIEUX, C. De la théorie de l'habitus à la sociologie des épreuves: relire L'expérience concentrationnaire. In: ISRAËL, L. [e] VOLDMAN, D. (dir.), *Michaël Pollak. De l'identité blessée à une sociologie des possibles*. Paris, Editions Complexe, p. 179-205, 2008.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Violência urbana: Representação de uma ordem social. In: NASCIMENTO, E. P. [e] BARREIRA, I. *Brasil urbano: Cenário da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro, Notrya, p. 131-142, 1993.
- MISSE, M. *Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado), IUPERJ, 1999.
- MUNIZ, J. de O. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese (doutorado), IUPERJ, 1999.
- PEETERS, H. [e] CHARLIER, P. Contributions à une théorie du dispositif. In: *Hermès*, n. 25, p. 15-23, 1999.
- PEIRCE, C. S. *The Essential Peirce*, v. 2. Indianapolis: Indiana University Press, 1998.
- PEIRCE, C. Como tornar nossas ideias claras. Tradução Antônio Fidalgo. In: *Popular Science Monthly*, vol. 12, 1878, p. 286-302. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-peirce-how-to-make.pdf>, 2008.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução Dora Rocha Flaksman. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, M. *L'expérience concentrinaire: Essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris: Métailié, 1990.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. Conferência transcrita e traduzida por Monique Augras. Edição por Dora Rocha. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POLLAK, M. A gestão do indizível. Tradução Gabriele dos Anjos. In: *WebMosaica: Revista do instituto cultural judaico*, vol. 2, n. 1, 2010.

PORTO, M. S. G. A violência urbana e suas representações sociais: O caso do Distrito Federal. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 13, n. 4, p. 130-135, 1999.

RICOEUR, P. *Memória, história, esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, M. S. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. *Revista USP*, São Paulo, n. 98, p. 51-68, 2013.

SCHÜTZ, A. The social world and the theory of social action. In: *Social Research*, v. 27, n. 2, p. 203-221, 1960.

TALONE, V. *Confiança e desconfiança como dispositivos morais situacionais em trânsito: um estudo em viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ), 2015.

THÉVENOT, L. Which Road To Follow? The Moral Complexity of an 'Equipped' Humanity. In: LAW, J. [e] MOL, A. (org), *Complexities: Social Studies of Knowledge Practices*. Durham and London: Duke University Press, p. 53-87, 2002.

THÉVENOT, L. *L'action au pluriel: Sociologie des regimes d'engagement*. Paris: Découverte, 2006.

WERNECK, A. *A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

WERNECK, A. Sociologia da moral, agência e criatividade. In: WERNECK, A. [e] CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. (orgs.), *Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 21-43, 2014.

WERNECK, A [e] TALONE, V. A 'sociabilidade violenta' como interpretante efetivador de ações de força: Uma sugestão de encaminhamento pragmático para a hipótese de Machado da Silva. In: *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 12, n. 1, p. 24-61, 2019.